

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil

Class.: 269

Data 21 de dezembro de 1978

Pg.: _____

Carta

É extraordinário que o velho evolucionismo, capaz de justificar todas as opressões étnicas, ainda sirva — agora travestido num formalismo superficial — como ponto de apoio a malabarismos intelectuais como os do Sr Lauro de Oliveira Lima a propósito de pretender demonstrar, usando erradamente as teorias de Jean Piaget e Claude Lévi-Strauss, inconsistências na posição dos antropólogos, face ao malfadado problema da emancipação indígena. Primeiramente, é preciso informar que a perspectiva que postula uma "equivalência" de civilizações, culturas e sociedades humanas, não é uma invenção de Lévi-Strauss, mas uma autêntica descoberta da antropologia moderna. Citar-se-ia Boas, Malinowski, Mauss, Lowie, Kroeber, Evans-Kritchard, Radcliffe-Brown e muitos outros, se o problema não fosse o espaço limitado para se dar ao missivista, evidentemente ignorante da Antropologia, uma aula. O ponto, porém, é simples: trata-se de aceitar que as sociedades são equivalentes, mas isso não implica — como coloca desastrosamente o Sr Lima — que todas elas sejam iguais, sobretudo no que diz respeito à capacidade de manipulação de recursos, bens, tecnologia, instrumentos, etc... Uma olhadela na história dos índios brasileiros revela qual é a sociedade mais poderosa e mais temível. A teoria da equivalência, assim, trata de fundar um plano onde as sociedades possam ser estudadas sem os óculos de esquemas preconceituosos que, em nome de uma lógica científica, justificam a exploração e nunca põem em causa (como algo social e historicamente dado) a própria perspectiva do observador. O que a Antropologia moderna tem, pois, ensinado, não é uma cadeia de causalidades lógicas do tipo: "as sociedades são equivalentes, logo são iguais, logo tudo é relativo"... Mas, ao contrário, que as equivalências permitem assumir as diferenças entre as sociedades, sem precisar fazer com que tais diferenças desapareçam no seio de um passado postulado e hipotético; que, além disso, todas as sociedades são dignas de um entendimento em termos de seus próprios valores e costumes; que esses costumes são variáveis no tempo e no espaço; que eles têm uma lógica própria, devem ser vistos no contexto onde aparecem e não podem ser tomados como princípios situados fora do tempo e do espaço; que eles não podem ainda, ser julgados ou apropriados com perspectivas diversas daquelas da sociedade onde surgem e operam; que, enfim, as sociedades têm desenvolvimentos diferentes, umas envolvendo no sentido de criar técnicas de controle da natureza (e de certas classes de homens); outras voltadas muito mais para dentro, buscando um equilíbrio com a natureza e uma maior harmonização interna.

O caso das sociedades tribais do Brasil é precisamente esse: são sistemas que buscaram experimentar uma existência social baseada em pequenos grupos, vivendo com uma tecnologia pobre, mas onde — em compensação — não existe mais-vaiá, neurósés, teóricos da educação, bacharéis, cartórios, políticos populistas, professores catedráticos, gênios, militares, despachantes, tecnocratas e muitas outras mazelas que inventamos, mantemos e aguentamos. E, então, por causa disso, que tais sistemas devem ser protegidos. Em outras palavras, a teoria da equivalência das sociedades não implica nem (a) uma igualdade absoluta e em todos os domínios de todas as sociedades, ou (b) que disso venha a ser mais lógico uma emancipação que é, de fato, uma destruição social pelas condições sociais e

históricas concretas da sociedade brasileira. Muito pelo contrário, é justamente porque sabemos que as sociedades tribais são dignas de todo o nosso respeito como humanidades diferentes, mas alternativas, que devemos protegê-las. A proteção, aqui, não traduz nenhuma implicação de inferioridade intelectual (ou lógica), como quer o nosso missivista, mas a possibilidade de dar a esses sistemas tribais a possibilidade de manter-se (caso assim desejem os seus membros) diferenciados.

A nossa lógica, portanto, é a lógica que vem determinada pelo jogo social complexo de pelo menos três realidades básicas: a da sociedade tribal, a da sociedade nacional e a do sistema formado pelo contato entre as duas. Caso o nosso mundo fosse como o do Sr Oliveira Lima, um universo formal, semimorto e certamente dominado, como se pode depreender de suas observações, pelo rigor mortis de um autoritarismo lógico, o falso paradoxo formado pelas equações: equivalência moral = emancipação = igualdade em todos os planos; e, concomitantemente, proteção oficial = mentalidade pré-lógica, teria lugar. Mas acontece que o mundo da Antropologia é o mundo real, o universo das razões sociais e políticas. E como nossa lógica é informada pela História e pelas sociedades, tais equações tornam-se inaceitáveis. De fato, construí-las, como faz o Sr Lima, é como dizer que qualquer legislação em benefício da justiça social assume logicamente a igualdade absoluta e concreta de todas as categorias sociais, e mais, que elas postulam a indigência lógica da categoria para qual se deseja justiça. Quando um homem de bem demanda a correção de uma injustiça social, isso não significa que ele não possa estar no mesmo plano intelectual e moral que a categoria para a qual ele está pedindo a justiça. De fato, assumir tal lógica, como faz o Sr Oliveira Lima, seria destruir em nome de uma visão mecânica do mundo, toda a razão de ser das legislações sociais e, de fato, da própria luta política em benefício dos grupos minoritários e oprimidos.

Quando os antropólogos, então, estão admitindo a chamada equivalência social dos índios e, ao mesmo tempo, condenando e lutando por sua não-emancipação nas condições em que ela foi colocada, isso é realizado em virtude mesmo do respeito por essa equivalência. Para terminar com o próprio exemplo do Sr Lima: uma criança cresce e torna-se adulto. Mas uma sociedade tribal já é adulta e é nossa contemporânea. Quem deve crescer somos nós, para que possamos não só entender as suas lições de humanidade, como também para darmos a ela uma posição digna dentro do nosso sistema. A defesa destas humanidades, portanto, nada tem a ver com uma associação mecânica e formal com as teorias genéticas da inteligência humana. Entre os índios também existem crianças (que parcialmente manipulam uma lógica específica da inteligência, (naquela sociedade) e adultos (que manipulam totalmente todas as operações lógicas e intelectuais daquela sociedade). Juntar a nossa infância com sociedades adultas é trabalhar no plano da confusão. Isso sim é que é ser pré-lógico. Ou, o que é pior, ser autoritariamente lógico, trocando as nossas responsabilidades de intelectuais vigilantes contra os racismos cientificistas, pelos espelinhos e colares das formalizações fáceis, que conduzem ao empobrecimento da realidade e à morte do respeito pelo outro. Roberto Augusto da Matta — Rio de Janeiro.